

Artigo original



A cisheteronormatividade e a diversidade dos arranjos familiares: considerações à Terapia de Família Sistêmica

Cisheteronormativity and the diversity of family arrangements: considerations for Systemic Family Therapy

Cisheteronormatividad y diversidad de arreglos familiares: consideraciones para la Terapia de Familia Sistêmica

Vanessa Azambuja de Carvalho¹

Henrique Caetano Nardi²

¹Autora para correspondência. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Rio Grande do Sul, Brasil. vvazambuja@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Rio Grande do Sul, Brasil.

RESUMO | INTRODUÇÃO: Neste artigo, buscamos articular questões referentes à Terapia de Família Sistêmica (TFS), estudos de sexualidade e gênero, perspectiva decolonial e interseccionalidade. Expomos como podemos pensar a partir destas problematizações as experiências familiares de pessoas que se situam no avesso ou nas margens da cisheteronormatividade e discutir sobre a diversidade que compõe a família, para além de uma visão restritiva deste termo. **OBJETIVO:** Fazer uma crítica construtiva à TFS, apontando o apagamento que esta disciplina possui em relação às vivências de pessoas LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, transexuais e travestis, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero). **METODOLOGIA:** O artigo possui caráter ensaístico e sustentado em um material empírico oriundo de entrevistas de caráter biográfico/trajetórias de vida. Propomos aqui a perspectiva *queer* e decolonial, aliada à interseccionalidade como estratégia de análise de histórias de vida a fim de compreender os arranjos familiares de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais. **RESULTADOS:** As entrevistadas demonstraram múltiplas realidades, baseando-se tanto em vivências de violência quanto de aceitação em suas famílias de origem, focando suas jornadas na construção de laços de apoio com suas famílias escolhidas, criando relações de irmandade entre amigas. **CONCLUSÕES:** A TFS poderia ampliar seu olhar e escrita sobre a população LGBTQIAP+, utilizando-se da decolonialidade/perspectiva *queer* e interseccionalidade como potente guia de análise das relações familiares, visto que as histórias de vida dessas mulheres concentram-se em lidar com discriminações e desafios associados aos seus diversos marcadores sociais da diferença.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia de Família. Decolonialidade. Mulheres. Minorias Sexuais e de Gênero. Histórias de Vida.

ABSTRACT | INTRODUCTION: In this essay, the following themes will be analyzed: Systemic Family Therapy (SFT), sexuality and gender studies, women, and intersectionality. We expose how these themes combine in the family experiences of people who are on the other side or the margins of cisheteronormativity and discuss the diversity that makes up the family, beyond a restrictive view of this term. **OBJECTIVE:** Make a constructive criticism of TFS, pointing out the erasure that this discipline has in relation to the experiences of LGBTQIAP+ people (lesbians, gays, transsexuals and transvestites, *queer*, intersex, asexual, pansexual, and other sexual orientations and gender identities). We propose intersectionality as a strategy for analyzing life stories to understand the family arrangements of lesbian, bisexual and pansexual women. **METHODOLOGY:** This essay is based on empirical material from biographical interviews/life trajectories. We propose here intersectionality as a strategy for analyzing life stories to understand the family arrangements of lesbian, bisexual and pansexual women. **RESULTS:** The interviewees demonstrated multiple realities, based on both experiences of violence and acceptance in their families of origin. And focusing their journeys on building supportive bonds with their chosen families, creating sisterhood relationships between friends. **CONCLUSIONS:** TFS could broaden its view and writing about the LGBTQIAP+ population, using intersectionality as a powerful guide for analyzing family relationships. Since these women's life stories focus on dealing with discrimination and challenges associated with their various social markers of difference.

KEYWORDS: Family Therapy. Intersectional Framework. Women. Sexual and Gender Minorities. Qualitative Research.



RESUMEN | INTRODUCCIÓN: En este artículo se analizan los siguientes temas: Terapia Familiar Sistémica (TFS), estudios de sexualidad y género, mujer e interseccionalidad. Exponemos cómo estos temas se conjugan en las experiencias familiares de personas que están del otro lado o en los márgenes de la cisheteronormatividad y discutimos la diversidad que conforma la familia, más allá de una visión restrictiva de este término. **OBJETIVO:** Hacer una crítica constructiva a TFS, señalando la borradora que tiene esta disciplina en relación a las vivencias de las personas LGBTQIAP+ (lesbianas, gays, transexuales y travestidos, queer, intersex, asexual, pansexual y otras orientaciones sexuales e identidades de género). **METODOLOGÍA:** El artículo tiene carácter ensayístico y se basa en material empírico de entrevistas de carácter biográfico/trayectorias de vida. Proponemos aquí la interseccionalidad como estrategia de análisis de las historias de vida para comprender los arreglos familiares de mujeres lesbianas, bisexuales y pansexuales. **RESULTADOS:** Los entrevistados evidenciaron múltiples realidades, basadas tanto en experiencias de violencia como de aceptación en sus familias de origen. Y enfocando sus viajes en construir lazos de apoyo con sus familias elegidas, creando relaciones de hermandad entre amigos. **CONCLUSIONES:** TFS podría ampliar su visión y escritura sobre la población LGBTQIAP+, utilizando la interseccionalidad como una poderosa guía para analizar las relaciones familiares. Dado que las historias de vida de estas mujeres se centran en lidiar con la discriminación y los desafíos asociados con sus diversos marcadores sociales de diferencia.

PALABRAS CLAVE: Terapia Familiar. Marco Interseccional. Mujeres. Minorías Sexuales y de Género. Investigación Cualitativa.

Introdução

Neste artigo de caráter ensaístico e sustentado em um material empírico oriundo de entrevistas de caráter biográfico/trajetórias de vida, quatro temáticas centrais estão em análise: Terapia de Família Sistêmica (TFS), mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais, perspectiva decolonial/*queer*, atravessadas pela interseccionalidade. Iremos mostrar como esses temas se conjugam nas experiências familiares de pessoas que se situam no avesso ou nas margens da cisheteronormatividade e discutir sobre a diversidade que compõe a família, para além de uma visão restritiva deste termo. Temos como objetivo fazer uma crítica construtiva à TFS, apontando o apagamento que esta disciplina possui em relação às vivências de pessoas LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, transexuais e travestis, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero). Propomos aqui a interseccionalidade como estratégia de análise de histórias de vida para compreender os arranjos familiares de mulheres lésbicas e bissexuais. Utilizamos um caleidoscópio de experiências composto por ensaios biográficos, nos quais consideramos os marcadores sociais estruturantes das experiências familiares, sobretudo, gênero, sexualidade, classe e raça.

Destacando essas experiências, buscamos marcar aqui que não são todas as famílias que cabem nas atuais teorias dominantes da TFS, portanto, as vivências de cinco entrevistadas falam de arranjos familiares como quaisquer outros. Sustentamos aqui um pedido para as famílias LGBTQIAP+ serem ressaltadas na TFS, sugerindo que o olhar para entender suas dinâmicas leve em consideração seus contextos e os marcadores sociais da diferença. Assim, ao analisarmos histórias de vida de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais e suas experiências familiares, buscamos contribuir para uma TFS mais plural e aberta às transformações contemporâneas.

A Terapia de Família Sistêmica e a população LGBTQIAP+

O que a Terapia de Família Sistêmica diz sobre famílias? Se fizermos uma leitura crítica da literatura, sobretudo aquela produzida no hemisfério norte, veremos que até o final do século XX e começo do século XXI a família tomada como universal é branca, de classe média, cisgênero e heterossexual. Mesmo que já tenhamos nos anos 2000 alguma produção sobre famílias formadas por casais do mesmo gênero, percebemos essas escritas tentando reproduzir padrões cisheteronormativos. A literatura brasileira repercute, de acordo com a perspectiva crítica decolonial, essa herança/lógica colonial e, portanto, reproduz as estruturas de opressão.

Desta maneira, ao não nomearmos e não descrevermos os membros das famílias em análise de casos clínicos, em afirmações sobre ciclo de vida familiar esperado e em informações sobre técnicas de intervenção, nós supomos que os membros das famílias fazem parte deste "padrão universal". Quando nomeamos a "Família Padrão", estamos criando uma ideia de família universal, assim como a ideia de ser humano universal.

Na crítica à teoria oriunda do norte global, a teoria decolonial se conjuga, em certo ponto, com a teoria *queer*. De acordo com Pedro Paulo Gomes [Pereira](#) (2015), ambas se encontram na busca por produzir conhecimento que questione a “universalidade” do saber. Assim como a teoria *queer* busca descortinar a estrutura cisheteronormativa, o pensamento decolonial rompe com o arcabouço da “colonialidade do poder e saber”. Nessa proposição de romper com estruturas modeladoras das subjetividades, a teoria *queer* também se coloca em um curso de decolonização constante, propondo “transposições pelos caminhos inauditos e os encontros que neles se sucedem transformam-nas, em processos de deslocamentos, movimentos e multiplicidades” ([Pereira](#), 2015, p. 63).

Nessa perspectiva, quando pensamos a teoria *queer* — originalmente estadunidense — encontrando os trópicos, aceitamos assumir que uma nova identidade da própria teoria se forme, mesclando-se com outras formas de colocar-se no mundo. A teoria *queer* encontra um novo retalho, uma nova perspectiva; perspectiva esta que tem uma linguagem, idioma e cultura próprias e, conseqüentemente, sua própria construção de saber.

Nesse encontro, o pensamento decolonial impõe um outro olhar sobre a normatividade. Os saberes do Sul encontram-se na dissidência do saber universal no que tange às relações de poder. Assim, é necessário construir um saber outro, que abarque corpos que nem mesmo eram pensados dentro dos conceitos de marginalidade euro-estadunidense. Ultrapassar o pensamento de que nem todo corpo cabe em uma teoria é marcar que são as teorias hegemônicas que não cabem em todos os corpos ([Pereira](#), 2015). Esse artigo busca mostrar a possibilidade da construção de uma outra TFS, preocupada com as pessoas LGBTQIAP+ e disposta a introduzir os marcadores da diferença na sua prática como conceitos objetivados a uma compreensão mais ampla sobre as famílias brasileiras.

A ausência das realidades dessas pessoas nas teorias dominantes da TFS produz subjetividades. Um apagamento, um silenciamento sobre um enorme número de famílias implica a reiteração de normativas ditas universais. Quando os pesquisadores e pesquisadoras dessas práticas falam apenas de pessoas cis e heterossexuais ou não falam da identidade de gênero e sexualidade dos exemplos citados, percebemos

que essa teoria produz materialidades aceitáveis e materialidades inaceitáveis. Se uma família ou sujeito universal são as referências e citações predominantes, essa narrativa científica produz a não legitimação de famílias que saiam dessa regra. Portanto, essas famílias são colocadas nas margens, nos espaços de abjeção, ditas como não valorizadas. As pessoas desses arranjos são excluídas de possibilidades de um acolhimento cuidadoso de suas angústias ou de ajudas para lidar com seus conflitos. Como ocorre essa exclusão? Na produção de normativas focadas no padrão universal ([Butler](#), 2017).

[Butler](#) (2017) expõe essas normativas afirmando que sexo e gênero são produções simultâneas que operam segundo um ideal, o qual a autora nomeia de matriz heterossexual. A matriz heterossexual depende de seus opostos constitutivos, o que a filósofa chama de abjeção. Abjeção é algo que desvia, vaza ou retorce a norma, contudo, não está fora dela — não se trata de uma exterioridade, mas algo propriamente constitutivo. Assim, vê-se que os corpos não se conformam plenamente, porque a norma se produz por citações e referências. O poder produz normatividades ao mesmo tempo em que seus antagonismos constitutivos. Portanto, a norma volta-se contra si mesma. A abjeção não é o indizível ou irrepresentável por si, é aquilo que é banido pela norma social e relegado ao silêncio. Ao banir, a norma simultaneamente produz. Segundo [Butler](#) (2017), o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito. É a partir deste processo de construção da abjeção que leva a hierarquização das distintas formas de expressão e viver a diversidade sexual e de gênero que se produz a cisheteronormatividade, ou seja, quanto mais condenado pela norma moral e científica for uma forma de viver a sexualidade e o gênero, mais forte serão as sanções impostas pela cisheteronormatividade.

Portanto, a normatividade do “padrão universal” supõe um sujeito que tenha reiterado em si a cisgêneridade e a heterossexualidade como compulsórias. Sendo assim, ao falarmos de padrão cisheteronormativo, elencamos os conceitos da Cisnormatividade e da Heteronormatividade. Cisnormatividade, segundo Viviane Vergueiro [Simakawa](#) (2016), diz respeito à normatividade de gênero que “exerce, através de

variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizadores sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos” (p. 43).

Como forma de associar os conceitos de cisheteronormatividade e heteronormatividade, usaremos o termo cisheteronormatividade no texto; desta forma, apesar de reconhecer que há hierarquias distintas entre a normatividade cis e a normatividade heterossexual, as duas estão presentes na estruturação da sociedade e na produção da subjetividade.

Para garantir o privilégio da heterossexualidade e seu status de normalidade e naturalidade, múltiplas estratégias são adotadas em todos os setores sociais, reafirmando que seres humanos nascem machos e fêmeas e que este sexo de nascimento vai indicar um gênero correspondente, masculino ou feminino e, por fim, conduzirá a uma única forma de desejo associada ao sexo/gênero oposto. Este alinhamento entre sexo/gênero/sexualidade dá sustentação à heteronormatividade, supondo que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais, o que lhes permite usufruir plenamente das políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência, entre outras, e receber benefícios do Estado. E os que se situam no avesso da norma devem ser reeducados, reformados ou relegados a segundo plano, quando não totalmente excluídos.

Estes conceitos nos auxiliam a pensar a relação entre produção de subjetividade e tecnologias de governo, uma relação importante para a cisheteronorma. Conforme Brune Camilo [Bonassi](#) (2017), as instituições organizam-se dentro dessa perspectiva e aplicam esse modo de existir e de experimentar o mundo a partir de práticas normalizadoras da vida. Utilizam-se da norma, impondo e/ou legitimando uma maneira correta e saudável de ser e de se relacionar. Na sociedade ocidental, percebe-se a construção de uma certa delimitação quanto ao que pode ou não ser objeto do desejo. Isso se constrói dentro de uma lógica normalizadora que perpassa as instituições e modela a forma pela qual a sociedade se organiza. Uma alternativa para entender as pessoas que vivem no avesso ou nas margens da cisheteronormatividade é por meio da análise interseccional dos contextos em que emergiram e se constituíram como sujeitos,

apostando que compreender as relações dinâmicas das famílias com seus marcadores sociais da diferença pode indicar um olhar mais acolhedor e prestativo ao pensarmos um cuidado em terapia familiar, de casais ou individual.

Kimberlé [Crenshaw](#) (2002) é uma autora importante para outro olhar aos contextos ao pensar a interseccionalidade. Cabe salientar que o conceito de interseccionalidade foi cunhado a partir da realidade dos EUA, mas que sua ideia principal já era trabalhada por outras teóricas sem necessariamente nomear como tal. [Crenshaw](#) (2002) utiliza o termo “Interseccionalidade” para conceituar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A autora trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, o sexismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições de gênero, raças, etnias, classes e outros marcadores sociais. Dessa forma, ela expõe o caráter simbólico e culturalmente produzido das opressões, expressos nas práticas de reiteração de condições de vida precarizadas, nas quais há uma explícita desassistência que recai sobre os sujeitos vulnerabilizados.

A proposta de Crenshaw é utilizar o conceito de interseccionalidade para demonstrar, a partir da experiência de mulheres negras, que as intersecções entre racismo e sexismo somente poderão ser compreendidas por meio de um olhar em que as dimensões de raça e de gênero não sejam experiências separadas. Nesse trabalho, buscamos compreender como se dão as experiências familiares de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais, seguindo essa investigação pela perspectiva interseccional, considerando o contexto e as categorias de articulação que essas mulheres se encontram, como fundamental para o entendimento de suas experiências.

A partir desta perspectiva teórica, esse artigo busca problematizar os discursos e intervenções acerca das relações familiares na TFS, buscando conhecer as experiências singulares de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais com suas famílias. No caso brasileiro, a interseccionalidade das opressões, em uma sociedade extremamente desigual, vai caracterizar vidas muito distintas e, inclusive, ressaltar aquelas vidas que merecem viver e aquelas que serão extintas pela violência cisheteronormativa.

Mas, afinal, se buscamos produzir uma crítica para a TFS, é importante conhecer essa terapia. A TFS surge nos Estados Unidos, a partir do trabalho de um grupo de pensadores e terapeutas. Conforme indica Salvador [Minuchin](#) e Fishman (1990), Gregory Bateson e Nathan Ackerman foram os pioneiros. Entre 1960 e 1970 surgiram diferentes abordagens, métodos, clientes e contextos do que hoje temos como o escopo da TFS. Nessa proposta teórica, os organismos (famílias) eram um sistema aberto interagindo todo o tempo com seu ambiente, buscando como um todo atingir um objetivo a partir de suas condições (equifinalidade), com uma reatividade que visa o equilíbrio (homeostase) e, acima de tudo, dirigindo-se a mudanças. Esses conceitos se mantiveram como referência em todas as discussões e avanços teóricos posteriores na TFS ([Nichols](#) & Schwartz, 1998). Ou seja, retomando as críticas tanto da perspectiva decolonial como dos estudos *queer*, podemos afirmar que o modelo sobre o qual se erigiu a TFS foi a família nuclear estadunidense, eminentemente branca e cisheteronormativa. Esta origem cultural, marcada por um período no qual a homossexualidade e a transexualidade ainda eram consideradas patologias pela psiquiatria e pela psicologia tem efeitos até hoje nas práticas e na formação de profissionais da TFS.

Em termos conceituais, além dessa premissa, esses teóricos enfocam a família como um grupo delimitado por fronteiras, organizado em subsistemas menores e inserido em sistemas maiores, com função autorreguladora que busca manter a homeostase que, por sua vez, tem uma função interpessoal no surgimento de um sintoma, o qual é visto como um regulador homeostático ([Nichols](#) & Schwartz, 1998).

Possivelmente, a principal escola de linha teórica da TFS é a escola estrutural, a qual estipula especificamente que cada ser humano nasce “mergulhado” na massa emocional familiar, caracterizada, de forma mais direta, pela relação dos pais. Esta relação original é representada pela imagem do triângulo, que, na teoria sistêmica, é a menor unidade emocional relacional. O triângulo dito original — pai, mãe e filho — reforça o fato de que sem os dois primeiros, pai e mãe, não existiria o terceiro (filho). A dinâmica representada pela triangulação, fornece a estrutura básica de todos os demais relacionamentos que a pessoa terá no decorrer de sua vida ([Minuchin](#) & Fishman, 1990).

Sendo assim, há uma compreensão de que a análise de um sistema familiar se dará a partir da análise dessas relações triangulares, e o aparato teórico foi construído sob uma hipótese heterocentrada de díade. Mesmo que os escritos se debrucem sobre funções parentais e funções de cada pessoa dentro dos subsistemas, o embasamento tem como pressuposto um casal cisgênero de homem e mulher, com funções divididas, baseadas em normativas de posições de gênero. Quando as famílias que envolvem pessoas LGBTQIAP+ são apresentadas, há um destaque fundante sobre a função de filho ou filha e a posição de casal. Mas essas posições e funções partem de um padrão já esperado e são avaliadas e compreendidas a partir de funções normativas de gênero e heterossexualidade. Em nossa revisão bibliográfica sobre a temática da diversidade sexual e de gênero e suas experiências familiares, concluímos que em sua grande maioria os escritos apresentam que as famílias da população LGBTQIAP+ são novas configurações familiares. Isso destaca uma produção que coloca essas discussões dentro de capítulos específicos nos livros ou ainda publicações específicas ([Osorio](#) & Valle, 2009).

Os escritos revisados em parte reproduziam em geral duas narrativas sobre as pessoas LGBTQIAP+ e suas experiências familiares: um conflito acentuado, rompimento com a família de origem ou nas famílias escolhidas a descrição de uma conjugalidade e parentalidade adequada às expectativas cisheteronormativas. Sendo assim, quando há uma produção específica sobre população LGBTQIAP+ nota-se uma ênfase em histórias de famílias de origem marcadas por discriminação e violência.

Referente à vivência com as famílias de origem, a literatura aponta sobre como a “saída do armário” é vista como um evento de estresse no sistema familiar, portanto as experiências familiares são marcadas por violências e sofrimento a partir da revelação ou elucidação da orientação sexual ou identidade de gênero diversa da heterossexualidade e identificação cisgênero. Nesse momento da declaração ou do dar-se conta da sua diferença, há relatos de LGBTQifobia, podendo haver violências simbólicas, violência psicológica, violência verbal e até mesmo violência física ([Cunha](#) & Gomes, 2015; [Perucchi](#) et al., 2014).

E em relação às famílias escolhidas as pesquisas no campo da TFS seguem sendo desenvolvidas com a finalidade de dar uma resposta à normativa social que persiste na compreensão retrógrada de manter a homossexualidade como um transtorno e, assim, questiona a capacidade destes sujeitos de serem pais e mães. Portanto, com o objetivo de analisar particularidades do desenvolvimento dos filhos de casais homossexuais, verificando a influência da sexualidade dos pais no ajustamento psicológico, na relação familiar, no comportamento, na sexualidade, no bem-estar, no rendimento escolar e nas relações sociais dos filhos. As histórias de conjugalidade e parentalidade que buscam afirmar que não há distúrbios na relação da díade adversos aos usualmente encontrados em casais heterossexuais, e que os filhos desses casais não apresentariam prejuízo ou patologias específicas devido a sua criação (Araldi & Serralta, 2016; Lira & Morais, 2016; Rodrigues & Boeckel, 2016)

Método

Para entendermos os apontamentos da TFS sobre as famílias LGBTQIAP+ realizamos uma revisão da literatura utilizada em cursos de formação em TFS e os apontamentos críticos desta literatura. Segundo Edna Terezinha Rother (2007), a revisão possui a finalidade de reunir conhecimentos que proporcionam às leitoras uma visão do estado da arte em determinado campo. Portanto, não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca, ou seja, constitui-se na análise crítica da literatura.

O presente texto é o resultado de uma Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa de mestrado ocorreu inserida no projeto “Produção de subjetividade, tecnologias de governo e as relações com a cisheteronorma: Trajetórias de vida no que tange à orientação sexual e à identidade de gênero” do NUPSEX. Ela seguiu os parâmetros do Comitê de Ética do IP/UFRGS e está registrada no código CAEE: 79188317.3.0000.5334 da Plataforma Brasil.

Utilizamos, empiricamente, a perspectiva das trajetórias de vida/abordagem biográfica (Bourdieu, 2006; Costa, 1999). Nas entrevistas trabalhamos com os termos êmicos, i.e.: aquilo que a pessoa refere ao se dirigir ao tema das suas experiências familiares. A ideia foi colocar as perguntas de uma maneira que a entrevistada pudesse usar os termos que dão sentido às suas vivências. As entrevistas iniciavam com a questão “Como tu entende que a tua sexualidade e o teu gênero afetam as tuas experiências familiares?”.

Selecionamos cinco mulheres, a partir da lógica da bola de neve, indicadas inicialmente pela rede de relacionamento da equipe de pesquisa e posteriormente pelas mulheres contatadas. Os critérios de seleção se basearam na diversidade de marcadores sociais da diferença (raça, escolaridade, urbano/rural, idade) para que nos contassem suas trajetórias de vida. Em razão da escolha inicial da rede inicial de contatos, tivemos a limitação deste estudo de que todas as entrevistadas tinham ensino superior, completo ou incompleto. Conversamos com Zélia, 55 anos, branca, magistério e com ensino superior incompleto. Também entrevistamos Winnie, 36 anos, negra, com ensino superior em andamento. E falamos com Juliana, 23 anos, branca, com ensino superior em andamento. E por último questionamos Bruna, 20 anos, branca, com ensino superior em andamento.

A perspectiva das trajetórias de vida/abordagem biográfica (Bourdieu, 2006; Costa, 1999), foi escolhida pois o narrar uma história de vida se produz, em conjunto (narradora/investigadora), uma reconstrução de suas trajetórias permitindo que se analisem os processos de subjetivação e os atravessamentos dos marcadores sociais da diferença nas lógicas familiares. O método implica em uma interação dialógica presencial entre narradora e investigadora, da qual emerge a co-enunciação e co-construção de um produto cultural com a forma de narrativa, totalmente localizada e posicionada em um contexto (Cruz et al., 2012). As narrativas foram analisadas a partir da rede enunciativa que atravessou os relatos, ou seja, identificando como se articulam aos jogos de verdade presentes em determinadas relações de poder (Foucault, 1969). Como indicado na análise da conformação do jogo de verdades contemporâneo, as formações discursivas não são completamente homogêneas. Existe um constante atravessamento de enunciados em diferentes formações discursivas.

A heterogeneidade é característica das práticas discursivas que se aliam ou se afrontam em um estado de disputa em uma formação social específica e em um contexto histórico determinado. De acordo com Luciana Fogaça [Monteiro](#) (2009, p. 41), “a descrição desses enunciados consiste em pensar sua posição singular, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola em sua dispersão geral”.

Resultados e discussão

A literatura acadêmica, desde que assumiu a importância do tema, trata o preconceito e a rejeição da família de origem como perspectiva na trajetória de pessoas LGBTQIAP+. Isso se torna concreto em diferentes experiências familiares que se conectam pela presença da violência, seja ela simbólica, psicológica, verbal ou, até mesmo, física.

A família acaba sendo, predominantemente, um sistema de reprodução das estruturas presentes na organização da sociedade, onde a divisão binária das vivências do gênero produz a possibilidade de reconhecimento de normas regulatórias. Estas, portanto, têm caráter performativo com o poder continuado em reproduzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas reiteram, constantemente, os regramentos associados à cisheteronormatividade.

Na análise das entrevistas, a reiteração da norma se evidencia na vivência de Zélia e Bruna, mulheres em diferentes momentos de vida e idade que se viram diante do rechaço de suas famílias de origem quando se sentiram diferentes dos regramentos impostos pela cisheteronormatividade. Zélia comenta sobre a necessidade de fugir de casa, aos seus 47 anos de idade, para poder viver com a namorada, retratada pela família de Zélia como uma anomalia com o potencial de destruir a ideia da família tradicional, bastante reforçada pela criação católica da entrevistada. Já na família de origem de Bruna, a aberração seria ela mesma quando tem sua primeira experiência com alguém do mesmo gênero ou quando demonstra preferências por vestimentas ditas masculinas.

“Ela [mãe] chegou, a primeira coisa que ela fez, ela foi no meu quarto e... me segurou e queria me bater e... começou a gritar comigo e falar que tipo, hã... “tu não vai fazer isso porque eu tenho vergonha, porque tu não é minha filha se tu fizer isso” ... Minha mãe berrava dentro de casa. Ela falava que ela tinha nojo de mim... tipo, que ela tinha nojo da filha dela”.

A constituição familiar, bem como a legitimidade das diferentes formas de ser família, é influenciada por variáveis históricas, ideológicas, econômicas e sociais. Quando a convivência na família de origem fica insustentável, o sujeito precisa encontrar outro espaço de acolhimento, tendo a possibilidade de construir sua própria família nuclear. Assim, Zélia pôde viver algo muito semelhante com a esposa quando decidiram constituir sua própria família e assumiram o papel de parentalidade dos filhos de ambas, criando ali um laço afetivo e sentimento de pertencimento.

“A Evan chama a Cássia de ‘Mita’ e isso foi uma coisa que as duas resolveram porque de início ela chamava de mãe e a gente nunca sabia quem ela estava chamando, né? Então ela chama a mãe e a Mita. Então perguntam para ela: “Por que tu chama ela de Mita se o nome dela é Cássia?” - “Por que ela é minha mãe, mamita é mãe e eu achei melhor chamar de Mita!”. E... as pessoas, assim, ainda tem essa surpresa: “Bã, mas duas mães” - sabe? Então aquela coisa, assim, mas eu acho que o vínculo independe do nome que tu vai dar e... exatamente, a consanguinidade, é mais o emocional. Eu acredito que fique mais fácil porque, na família, junto lá com o nome, o laço, tu tem toda uma relação que tu carrega junto, né?”.

Existem também outras maneiras de constituir ou pensar a família, que não só pelo laço conjugal, de construir essa família escolhida. Por exemplo, pelas relações de amizade. Juliana aponta isso nos espaços de militância onde circulou. Mesmo com uma experiência diferente das demais entrevistadas, tendo recebido apoio da família de origem, conta que foram essas relações fraternas que mudaram o curso de sua vida.

“Esse meu melhor amigo... ele... ele é... é muito importante, assim, na... nessa transição de identidade sexual, digamos. Por ter me inserido, né, nesse espaço, né? E no contato com esse espaço. E... porque, tipo, ele... ele se assumiu um pouco depois da... da gente sair do ensino médio. Então já tinha alguns anos que, tipo, eu tinha contato com esse melhor amigo sabendo que ele era um guri gay, sabe? Mas também nunca... imaginava a possibilidade em relação a mim, assim, de também tá dentro de uma homossexualidade. E, com certeza, assim... ahn... o Renato, ele faz muita... muita diferença. E a família do Renato também faz muita diferença”.

Winnie, por sua vez, experimentou a violência da norma após ter experienciado conexões afetivas de parentalidade quando, junto da antiga companheira, decidiu criar uma criança recém-nascida que havia sido abandonada pela genitora. E sentiu a dor da perda quando foi afastada dessa relação pela avó biológica da menina.

“E daí a vóia [avó] ficou sabendo e foi lá “ah, eu quero passar o final de semana com a Sofia e tal”. Final de semana de Finados. Nunca mais voltou. Chegou na segunda-feira... Chegou no domingo de noite, ela não levou. Chegou na segunda-feira, “Ah, a gente tá indo aí buscar a Sofia”. E ela “Não”. Daí ela “Não. Eu vou criar minha neta”... E... Nossa, foi muito difícil perder a Sofia. Muito. Até hoje. Faz muito tempo já. Ela tá com dez anos, penso hoje... Faz muito tempo. Mas não perco a esperança de ter a minha filha de volta”.

No entanto, ao longo de sua trajetória, pôde encontrar outras mulheres e pessoas com histórias de vida similares a sua, que estariam dispostas a criar um vínculo baseado na ajuda compartilhada e no apoio mútuo.

“A gente sempre foi muito amiga, eu e a Laura. Daí ela foi morar lá perto de casa. A gente ficou... família. Ficou assim a extensão da família... A irmã dela se separou. E disse para elas morarem juntas. E elas alugaram uma casa perto ali também do Sarandi... Então a gente, a família, tá cada vez maior. E, também, a Laura é como uma irmã pra mim também, sabe?”.

Mesmo com a preocupação inerente à violência do mundo externo, pode-se perceber essas famílias escolhidas sendo espaços potentes de proteção. Proporcionando terreno para experimentação, incentivando a autenticidade e garantindo a aceitação. Essa função protetora é um elemento central para entendermos a estrutura e os aspectos saudáveis de qualquer família.

Nós, enquanto sociedade, em determinado momento, elencamos características para pesquisar, ou seja, classificar pessoas em termos de gênero, em termos de classe, sexualidade ou em termos de geração. Segundo Carla [Akotirene](#) (2019), esses sistemas de classificação produzem - não raras vezes - hierarquias e desigualdades com relação ao acesso a direitos e às oportunidades na sociedade. E isso não se mostra diferente na literatura que se ocupa, na maior parte das vezes, de higienizar configurações familiares que divergem da cisheteronormatividade, tratando-as como um desvio, um capítulo à parte estudado.

Diante dessas multiplicidades, os marcadores sociais surgem como alternativa de compreensão frente às complexidades que essas famílias possam encontrar, sendo que apostamos aqui que a interseccionalidade seja um conceito importante para a produção de uma TFS crítica, incluindo assim a diversidade sexual e de gênero como possibilidade na configuração familiar. Portanto, categorias de análise como os marcadores sociais são instrumentos que possibilitam uma melhor compreensão dos diversos atravessamentos que constituem o sujeito. A partir dessas categorias é que se torna possível caracterizar diversas realidades dentro de um mesmo espectro, além disso tornando concreto o entendimento de que as desigualdades são construídas socialmente ([Akotirene](#), 2019).

Nessa perspectiva, pensamos na interseccionalidade como via de compreensão para estes marcadores que se cruzam, atravessam e formam as experiências de vida de variadas formas. Algumas vivências se assemelham, e outras são completamente divergentes: “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes tingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero raça e classe, modernos aparatos coloniais” ([Akotirene](#), 2019, p. 19).

Angela [Davis](#) (2016) evidencia os efeitos do capitalismo, racismo e sexismo na construção da subjetividade de mulheres negras, diferentemente da experiência de mulheres brancas. A autora denuncia as diferentes formas de violência direcionadas a essas mulheres, onde estas foram exploradas não somente através do trabalho, mas também por meio de estruturas patriarcais.

Djamila [Ribeiro](#) (2019) aponta que mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas. O mesmo ocorre com homens brancos homossexuais, que são discriminados pela orientação sexual, mas, racialmente falando, fazem parte do grupo hegemônico. Isso, de forma alguma, exclui as opressões que sofrem, mas o localizam socialmente no lugar da branquitude. Conforme a autora, a mulher negra, há centenas de anos, não tem escolha, sendo induzida a performatividades de gênero específicas, colocando o corpo desta mulher negra necessariamente como um objeto de desejo e de uso. Audre, outra das entrevistadas, nos fala sobre isso em sua narrativa ao exemplificar como as pessoas tratavam ela em sua infância:

“Ah, mas tu não tá ajudando a tua mãe?” “Não, tô fazendo o tema.” “Ah, tu estuda! Achei que tu trabalhasse com ela... A negritude sempre vinha primeiro na... nas questões. Mas aí, como eu era mulher, então—e como sempre, era atrelada a questão do trabalho com a minha mãe”.

Há um sistema de dominação em que predomina uma verdade sobre o ser que, de tão enraizada no pensamento e na linguagem comum, se pensa pré-discursiva e verdadeira ao ponto de ser atributo indispensável do ser. Característica própria de uma produção ontológica massificadora e, como sabemos, com efeitos de violência que matam, segregam e omitem ([Bonassi](#), 2017).

As identidades de gênero foram, assim, colonizadas por um “cis-tema”-mundo ocidental (aqui a autora utiliza um jogo de prefixos/palavras, lembrando que o sistema-mundo é marcado pela cisheteronormatividade) que é atravessado por pressupostos cristãos e androcêntricos, modernos e coloniais, capitalistas e patriarcais que culminam em produzir hierarquias epistemológicas, que excluem, minimizam e silenciam perspectivas não cisgêneras ([Simakawa](#), 2016).

Essa internalização e crença em como os movimentos na sociedade são normalizados e naturalizados pressupõe serem eles produções que se solidificam e se naturalizam na reiteração de regramentos, acordos e normativas. Normativas que - novamente salientamos - vão falar da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória, mas também da branquitude como almejada.

A cisnormatividade incide de maneira diferente nos corpos; para Bruna, com corpo racializado branco, o mero uso de um conjunto de camiseta e tênis era visto como uma afirmação de ser ela uma pessoa masculina. Já as mulheres negras entrevistadas, Winnie e Audre, viam sendo exigidas outras performatividades de gênero feminino dos seus corpos racializados pretos. Winnie explicita essas exigências em sua fala:

“E daí eu me interessei por uma menina e fiquei com uma menina. Só que eu não aceitava que eu era aquilo, até porque eu tinha uma família toda heteronormativa, padrão. Reprodutora do padrão, né, porque é uma família negra”.

De acordo com [Ribeiro](#) (2019) não havia escolha para as mulheres negras escravizadas, pois “[...] eram tratadas como mercadoria, propriedade, portanto não tinham escolha. Nesse contexto, não há como negar que elas eram estupradas pelos senhores de engenho” (p. 84). Essa sexualização retira a humanidade das mulheres, pois deixamos de ser vistas com toda a complexidade do ser humano. Segundo [Ribeiro](#) (2019), “somos muitas vezes importunadas, tocadas, invadidas sem a nossa permissão. Muitas vezes temos nossos nomes ignorados, sendo chamadas de ‘nega’. São atitudes que parecem inofensivas, mas que para mulheres negras são recorrentes e violentas” (p. 85).

As narrativas de Audre e Winnie remetem-nos à produção da escritora Lélia [Gonzales](#) (1984), a qual possui uma abordagem que relaciona raça, classe e gênero, trazendo reflexões sobre a sociedade brasileira e o mito que a estrutura simbolicamente: o da democracia racial a partir da figura da mulher negra. Segundo a autora, no Brasil, no carnaval, o mito da democracia racial é atualizado. Entretanto, ocorre uma inversão: a figura da mulher negra sai do anonimato dos papéis da doméstica e da mãe preta para se tornar a “Cinderela do asfalto”, a “mulata deusa do meu samba” ([Gonzales](#), 1984).

[Gonzales](#) (1984) identifica que o engendramento da mulata e da doméstica na mesma personagem se realiza através da figura da mucama, entendida enquanto possuidora do papel social de cuidar da casa, dos afazeres domésticos que incluíam, também, os serviços sexuais aos senhores. Os serviços da mucama ficavam no âmbito doméstico, incluindo os que não deviam ser comentados. A contraposição entre a casa e a rua em relação à mulher negra se dá pela figura da mulata e da doméstica: ambas são a mesma pessoa.

A produção deste mito está pautada em outros: o mito da democracia racial e o mito do corpo branco como não racializado, como universal. Silvio Almeida (2019) aponta que embora a inexistência de raças humanas tenha sido comprovada, a raça continua sendo uma categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes. Para conceituar racismo, o autor recorre à categoria de discriminação racial que se refere aos diferentes modos de tratamentos de pessoas pertencentes a grupos raciais específicos. A prática da discriminação racial é fundamentada nas relações de poder que determinados grupos detêm, usufruindo das vantagens que a categoria racial oferece. O racismo é efetivado através da discriminação racial estruturada, constituindo-se como um processo pelo qual as circunstâncias de privilégios se difundem entre os grupos raciais e se manifestam pelos espaços econômicos, políticos e institucionais.

Almeida (2019) classifica o conceito de racismo em individual, institucional e estrutural. Destaco aqui o racismo estrutural, que o autor elenca como um processo histórico, pois o racismo esteve presente na formação da sociedade brasileira, sustentando processos econômicos e organização social através de um período terrivelmente longo de escravização e segue até hoje. Trata-se de um processo político, pois influencia a organização da sociedade e a distribuição do poder de forma desigual.

Desse modo, a concepção de racismo estrutural busca compreender os modos de organização da sociedade, oferecendo uma análise mais integrada dos diversos elementos envolvidos no fenômeno do racismo. Esse tipo de racismo se aprofunda em nossas subjetividades, na medida em que é naturalizado e penetra fundo em nossas instituições e estruturas sociais, a ponto de parecer uma “ordem natural da realidade”.

Nesse sentido, a origem desse racismo na sociedade brasileira remonta à escravidão. De tão enraizado no Brasil, foi muito mais que um sistema econômico; ela se transformou numa linguagem, com imensas consequências: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita.

Isso significa que o racismo é uma decorrência da estrutura da sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. Almeida (2019) enfatiza que o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática. Compreendendo o racismo como regra e não exceção, o autor acredita que para a efetivação de uma mudança é necessário adotar práticas antirracistas, como a criação de políticas internas nas instituições. Para o autor, ao compreender a ordem racista que estrutura a sociedade, nos tornamos ainda mais responsáveis no enfrentamento de práticas discriminatórias e preconceituosas, considerando o silêncio nessa questão como um dispositivo de manutenção do racismo. A partir da perspectiva do autor uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (Almeida, 2019).

Winnie e Audre, como mulheres negras, aprofundam em suas narrativas a negritude como premissa de serem subjugadas a processos de preconceito e discriminação. Já Zélia e Juliana falam pouco sobre saberem que há uma distinção de oportunidades para si por serem brancas; para Bruna seu corpo racializado não aparece nas suas respostas. Refletindo sobre isso, ponderamos sobre as reflexões de Robin Di’Angelo (2018), para pensarmos a produção da branquitude e suas fragilidades. Ela compõe com as escritas de Almeida (2019) ao afirmar que o sistema de racismo começa com a ideologia, que se refere às grandes ideias que são reforçadas ao longo da história. Desde o nascimento, somos condicionados a aceitar e não questionar essas ideias. Ideologia é reforçada em toda a sociedade, por exemplo, em escolas e livros didáticos, discursos políticos, filmes, publicidade, celebrações de feriados e palavras e frases. Como essas ideias são constantemente reforçadas, é muito difícil evitar acreditar e internalizar.

Essa internalização e crença em como os movimentos na sociedade são normalizados e naturalizados pressupõe serem eles produções que se solidificam e se naturalizam na reiteração de regramentos, acordos e normativas. Normativas as quais vão falar da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória,

mas também da branquitude como almejada, do sujeito branco como o mais importante e o mais valioso. Com esse entendimento, nos perguntamos sobre as estratégias de enfrentamento do racismo, buscando questionar essas normas discriminatórias. [Ribeiro](#) (2019) emite pistas importantes ao lançar o *Pequeno manual antirracista*, no qual ela mesma aponta ações que podem ser usadas nas diversas formas de opressões estruturais da nossa sociedade.

Conforme [Ribeiro](#) (2019), para desnaturalizar os modos de opressão, todos devem questionar a ausência de pessoas negras em gerências, autores negros em compilados e pensadores negros na bibliografia de universidades, e ainda protagonistas negros no audiovisual. Ampliamos essas propostas pensando na necessidade de questionar a ausência de pluralidade LGBTQIAP+ nesses espaços, também. Os marcadores sociais vão apontar singulares vivências de opressão.

Sobre questões raciais, [Ribeiro](#) (2019, p. 36) enfatiza: “O racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar”.

Essa criação de espaço pode ser pontuada como as políticas afirmativas nas universidades, por exemplo; Winnie e Audre apontam para o sucesso da sua vida estudantil vinculado à possibilidade de ingressarem no ensino superior e de pós-graduação. Audre, na sua narrativa, comentou sobre como era interpelada por diversas pessoas brancas ao estar estudando nas casas em que sua mãe trabalhava. As pessoas ficavam abismadas em vê-la segurando um caderno, como se uma criança negra não tivesse futuro na vida de estudos. Oportunidades de entrada no espaço estudantil do Ensino Superior também aparecem na fala de Juliana, mas ela conecta com as questões de classe de sua família, recebendo oportunidades de cursar uma educação de faculdade devido a programas de inserção de jovens em espaços privados com recurso financeiro público.

A branquitude não aparece como questão, supomos que o motivo disso seria devido como a branquitude atribui valor inerente à pessoa, sendo muito complicado e ameaçador para a fragilidade branca admitir suas vantagens de opções pelo seu corpo racializado. [Di'Angelo](#) (2018) fala sobre branquitude e fragilidade branca. Os pilares da branquitude são crenças não examinadas que sustentam as respostas raciais de cada um de nós. Esses pilares, indico, fornecem bases férteis para os mitos da democracia racial e superioridade do sujeito branco. Há uma crença de que apenas pessoas más são racistas. E ainda somos ensinadas a pensar sobre o racismo apenas como atos cometidos por pessoas individuais, ao invés de como um sistema complexo e interconectado. Há o investimento de nós pessoas brancas em um sistema que nos sirva. A autora afirma “eu vi como a nossa defensividade manteve o status quo racial” ([Di'Angelo](#), 2018, p. 25). Ou seja, sustenta a hierarquia racial.

Conforme [Almeida](#) (2019), esses pilares da branquitude sustentam as contestações sobre a inexistência de racismo e o discurso que fundamenta a democracia racial no Brasil. Estes pilares também são amparados pela ideia de meritocracia. Visto que não existe racismo segundo essa perspectiva da meritocracia, a privação do acesso material e as péssimas condições de vida são responsabilidades das pessoas negras que não tiveram competência e mérito suficiente para alcançar. De acordo com [Almeida](#) (2019), muitas pesquisas demonstram que as desigualdades no Brasil são atravessadas pela raça e pelo gênero, seja no que diz respeito ao desemprego desigual entre os grupos, a diferença salarial e a divisão da força física e intelectual que diferencia os trabalhadores negros e brancos.

A breve análise aqui apresentada, a partir de uma crítica à TFS e dos relatos das trajetórias de vida apontam para a interseccionalidade e as articulações dos marcadores sociais da diferença, como uma ferramenta importante para a construção de uma TFS crítica e inclusiva. Aqui nos propomos a uma crítica de pressupostos cisheteronormativos a partir das narrativas das entrevistadas. De longe, o que escutamos e lemos na revisão e nas narrativas não abarca cada nuance e ideias que emergiram ao longo das entrevistas ou ao revisitar as transcrições para a escrita deste artigo. Em cada tema que pincelamos acima poderíamos inserir outras leituras, outras autoras e autores,

abrindo vertentes de análise tão interessantes quanto aquelas brevemente discutidas. Fica então um desafio para o futuro da terapia de família: continuar estudando e articulando essas categorias de análise no trabalho de pensar e intervir com famílias.

Conclusão

Quais outras escritas de famílias e população LGBTQIAP+ são possíveis? Cada artigo e capítulo sobre pessoas LGBTQIAP+ encontrados no campo da TFS abriam conexões para outros e, por vezes, repetiam referências. Isso nos fez pensar em como era pequeno o destaque dessas vivências nos escritos. Mas logo percebemos que pequeno era o olhar que os textos davam para essas famílias. Por esta razão a utilização de uma literatura interdisciplinar foi tão importante para este artigo.

Havia a insistência em falar das experiências familiares marginais em relação à cisheteronormatividade como experiências de tragédias ou vidas higienizadas como clones da normatividade. Ou a família de origem era pautada por violências lgbtfóbicas, ou a família escolhida era avaliada como um casal são e monogâmico com parentalidades adequadas e funcionais. Ou seja, constantemente em comparação com a vivência de famílias ditas universais, as famílias heterossexuais. O presente artigo é uma simplória contribuição tanto para o campo dos estudos de gênero quanto para o campo da TFS. E busca afirmar: há múltiplas outras realidades dessas experiências, há violência, há resistência, há apaixonamentos, há descoberta, há militância, há maternidade, há questionamentos, há trabalho, há estudos e assim vai.

Escolhemos essas cinco mulheres, ou melhor, nós nos escolhemos quando elas aceitaram ser entrevistadas para poder pensar mais pluralidade de trajetórias. E ainda pautar a cisgeneridade como produção, e não como essencialidade natural. Tanto a cisheteronormatividade quanto a heteronormatividade são construções sociais que estruturam a sociedade. Em conversa com o racismo e seus mitos. Os sujeitos são produção de cenas de interpelação, somos nomeadas pela interação

com a outra pessoa, as outras pessoas, as estruturas sociais. Assim, não são apenas pessoas trans ou pessoas negras que falam de cisheteronormatividade e relações raciais, somos todas nós. Somos todas e todos responsáveis por desconstruir essas estruturas, ou ao menos sermos pontos de resistência. Pontos de acolhimento de outras vivências, de escutas de outras histórias.

Escrever sobre essas narrativas nos incentivou a escrever sobre os encontros com Audre, Zélia, Winnie, Juliana e Bruna. Encontros tão potentes e por vezes tão doloridos, encontros que mobilizaram múltiplos afetos. Esse texto mobilizou ausências no aprofundamento teórico e em autores da TFS que não visitamos. Mobilizou perguntas: será que outras escolas, além da estrutural, na Terapia de Família estão produzindo outros escritos sobre população LGBTQIAP+? Será que outras escritoras estão apostando na articulação das categorias de análise dos marcadores sociais da diferença como enquadro teórico para as intervenções com famílias? Enfim, esperamos um dia desvendar sobre outros aprofundamentos que essas temáticas inspiram. Assim, incentivamos a todas as produtoras desses aportes teóricos esses mesmos questionamentos.

Agradecimento

Agência de fomento CAPES que colaborou financeiramente com a Bolsa de Mestrado Stricto Sensu, por 24 meses para uma das autoras.

Contribuições dos autores

Carvalho, V. A. participou da concepção da pergunta de pesquisa, delineamento metodológico, da coleta e interpretação dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Nardi, H. C. participou da concepção da pergunta de pesquisa, delineamento metodológico, análise dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Todos os autores revisaram e aprovaram a versão final e estão de acordo com sua publicação.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. Pólen.
- Araldi, M. O., & Serralta, F. B. (2016). Parentalidade em casais homossexuais: Uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 31–39. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000200005
- Bonassi, B. C. (2017). *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182706>
- Bourdieu, P. (2006). A ilusão biográfica. In M. M. Ferreira, J. Amado, & A. Portelli (Orgs.), *Usos e abusos da História Oral* (pp. 183–191). Editora FGV. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1438>
- Butler, J. (1990/2017). *Problemas de Gênero*. (R. Aguiar, Trad.; 15a ed.). Civilização Brasileira. (Texto original publicado em 1990)
- Costa, C. L. (1999). The (mis)uses of life histories. The linguistic turn, life histories and (women's) life stories [Os (mal) usos das histórias de vida. A virada linguística, as histórias de vida e as histórias de vida (das mulheres)]. *Horizontes Antropológicos*, 5(12), 133–151. <https://doi.org/10.1590/s0104-71831999000300008>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>
- Cruz, A. L., Magalhães, M. J., & Nunes, R. S. (2012). *Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação em Histórias de Vida*. Ela por Ela.
- Cunha, R. B. B., & Gomes, R. (2015). Os jovens homossexuais masculinos e sua saúde: uma revisão sistemática. *Interface, Comunicação, Saúde e Educação*, 19(52). <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0089>
- Davis, A. (1944/2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trad.; 1a ed.). Boitempo. (Texto original publicado em 1944)
- Di'Angelo, R. J. (2018). *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas* (M. Marcionilo, Trad.; 1a ed.). Faro Editorial.
- Foucault, M. (1969/2008). *A arqueologia do saber*. (L.F.B. Neveux, Trad.; 7a ed.). Forense Universitária. (Texto original publicado em 1969)
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs*, 223–244. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
- Lira, A. N., & Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1051–1067. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt>
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Artmed.
- Monteiro, L. F. (2009). *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo nas trajetórias de vida de mulheres* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume – Repositório Digital da UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/17831>
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (1998). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Artmed.
- Orosio, L. C., & Valle, M. E. P. (2009). *Manual de Terapia Familiar*. Artmed.
- Pereira, P. P. G. (2015). Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 5(2), 411–411. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/340>
- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia*, 19(1), 67–76. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2014000100009>
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.

Rodrigues, V., & Boeckel, M. (2016). Conjugalidade e homossexualidade: uma revisão sistemática de literatura. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(55), 96–109. <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/138>

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). <https://doi.org/10.1590/s0103-21002007000200001>

Simakawa, V. V. (2016). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>